

# **A NATUREZA DA DESTRUIÇÃO E A DESTRUIÇÃO DA NATUREZA: DA PERSPECTIVA DE MÉSZÁROS À PROPOSTA DE GUATTARI.**

**Rodrigo de Sousa Freitas (autor)**

**Jorge Luan Teixeira (co-autor)**

## **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre a questão ambiental, enfatizando as relações de produção e seus impactos negativos aos “ecossistemas”. Outro aspecto importante do texto diz respeito ao modo de relacionamento predominante entre os homens, o produto do seu trabalho e a Natureza, expondo-se uma perspectiva de transformação do paradigma das relações sociais contemporâneas a partir da reorientação das atividades humanas. Nesse sentido, a subjetividade humana terá importância fundamental.

**Palavras-chave:** questão ecológica, relações sociais de produção, subjetividade.

## **Abstract**

This article aims to discuss ecological issues, focusing on the relations of production and its negative impacts on “ecosystems”. Another important aspect of the text concerns the predominant mode of relationship between men, the product of their labor and Nature, exposing them to a perspective transformation of the paradigm of contemporary social relations from the redirection of human activities. In this direction, human subjectivity has fundamental importance.

**Keywords:** ecological issues, social relations of production, subjectivity.

## **Antropologia filosófica marxiana: homem, trabalho e natureza**

No primeiro volume d'O Capital, Karl Marx apresenta a dimensão antropológica do trabalho humano e, fazendo-o, joga luz sobre a relação entre homem e natureza. Diz o autor que:

Antes de tudo, trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2008, p.211).

Homem e natureza estão ligados pelo trabalho de forma que o homem é também natureza, ele precisa reproduzir sua própria vida com o trabalho, e o trabalho não se faz sobre uma substância etérea qualquer, mas sobre a matéria, sobre a natureza. Dizer que “Os elementos componentes de trabalho são: 1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto do trabalho; 3) os meios de trabalho, instrumental de trabalho” (MARX, 2008, p 212), é dizer que o homem é ele mesmo natureza e que quem produz essa síntese entre produtor e meios de produção é o trabalho: o resultado é um produto (valor-de-uso) que garante a continuidade da espécie humana. Esta interdependência também pode ser considerada quando se lê Marx comentar na Introdução do livro “Contribuição à Crítica da Economia Política” as relações entre produção e consumo: um media o outro, um cria a necessidade do outro, um é imediatamente o outro<sup>1</sup>.

As formulações sobre a natureza humana são, entretanto, anteriores ao “Velho Marx”, elas estão naquele estudo que o autor e Engels largaram “à voraz crítica dos ratos”: refere-se ao livro *A Ideologia Alemã*. Já nas primeiras páginas, Marx expõe que o elemento fundamental na diferenciação entre os homens e os outros animais<sup>2</sup> é

<sup>1</sup> “O próprio ato de produção é, pois, em todos os seus momentos, também ato de consumo [...] O consumo é também imediatamente produção, do mesmo modo que na natureza o consumo dos elementos e das substâncias químicas é produção da planta; É claro que, por exemplo, na alimentação, uma forma de consumo, o homem produz seu próprio corpo; mas isso é igualmente válido para qualquer outro tipo de consumo, que, de uma forma ou de outra, produz o homem” (MARX, 2005-a, p.31). Mais adiante, Marx comenta, sinteticamente, que “O indivíduo produz um objeto e, ao consumi-lo, retorna a si mesmo, mas como indivíduo produtor e que se reproduz a si mesmo” (2005-a, p.34).

<sup>2</sup> Há que se considerar também outro trecho, complementar, em que Marx expõe essa mesma diferença: “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir uma colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente

justamente a capacidade de (re)produzir seus próprios meios de existência material, produção que se dá socialmente<sup>3</sup> e é, dessa maneira, uma relação entre indivíduos. É daí que Marx comenta que “O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com *o que* produzem como com *o modo* como produzem” (MARX & ENGELS, 2005-b, p.45). Um elemento que talvez tenha passado despercebido – mas que já havia sido exposto acima – é que a passagem da natureza para a cultura (tema tão caro aos clássicos da Antropologia) ocorre paralelamente à mudança da forma com que os homens se relacionam com a natureza – os homens adquirem uma independência relativa e se afirmam como “criadores de necessidades”, não respondendo apenas aos seus instintos e às necessidades mais imediatas. A natureza e o produto do trabalho do homem sobre ela passam a ser *propriedade* dos homens. Mas, com o passar do tempo, paralelamente tanto as relações entre os homens no processo produtivo vão mudando quanto a forma de propriedade vai se modificando. O que não foi comentado até agora é que aquelas relações entre os indivíduos, que se dão por meio do trabalho, não são igualitárias, porque não se está tratando de indivíduos socialmente iguais. A distribuição dos meios de produção e do capital é desigual, logo os produtos oriundos do trabalho serão desigualmente distribuídos<sup>4</sup>.

À natureza novamente, pois. Como muda a forma de propriedade (MARX & ENGELS, 2005-b) e mudam, paralela e dialeticamente, as relações sociais, mudam também as relações do homem com o meio ambiente – o modo de produção agrícola feudal é totalmente diferente do modo de produção agrícola contemporâneo, e isso se dá no que se refere à técnica e à relação com a natureza.

Ora, a produção feudal detinha-se ao próprio feudo, que formava uma unidade pretensamente auto-suficiente em que se produzia tudo o que era possível e se realizava comércio apenas quando extremamente necessário. Usando instrumentos agrícolas rudimentares e animais para arar a terra, a relação entre o servo e o meio ambiente é de maior proximidade (mesmo que grande parte do que seja produzido se destine ao dono das terras) e a forma de lidar com os alimentos também o é – podemos dizer que até o

---

sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador” (MARX, 2008, p.212).

<sup>3</sup> Lembremos da crítica feita por Marx aos economistas políticos clássicos quando, abordando o fenômeno da produção, partiam sempre de um indivíduo isolado – eram, diz Marx, as “Robinsonadas”, em referência à história de Robinson Crusoe. O autor justifica comentando que “A produção do indivíduo isolado fora da sociedade [...] é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si” (MARX, 2005-a, p.26).

<sup>4</sup> Para os fins desse trabalho não nos interessa discutir pormenorizadamente o processo de expropriação da mais-valia por parte dos capitalistas. Apontamentos sobre a “transformação do dinheiro em mais dinheiro” (D-M-D’, nos termos marxianos) podem ser encontradas em Marx (2008).

senhor feudal tinha uma relação de proximidade com o alimento, tendo em vista que, naquela época, comia-se principalmente com a mão. A agricultura, entretanto, precisou responder à questão demográfica, o aumento exorbitante da população mundial. Hoje, a produção agrícola é extremamente mecanizada e, por ser em larga escala, exige a necessidade do uso de agrotóxicos, ou de produtos geneticamente modificados, o que leva Milton Santos a dizer que:

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional [...] É desse modo que se inaugura uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações (SANTOS, 2008, p.88)

Os homens afastam-se, dessa forma, dos meios de produção e o processo de trabalho lhe parece completamente estranho. Se Marx fala em alienação quando os homens não reconhecem nas trocas de mercadorias a afirmação do seu caráter produtor e nem reconhecem as mercadorias como fruto do seu suor, porque não falar em alienação quando o homem está não só “afastado” da natureza, mas não se reconhece nela? Por que não falar em alienação quando as “personificações do capital” – expressão cara a Mézáros (2006, 2008) –, se negam a reduzir as emissões dos gases tóxicos dos países que governam?

### **A destruição da natureza**

Descartabilidade. Eternização do presente. Relativização do absoluto. Flexibilidade. Todas essas expressões são cruciais para entender a visão que István Mézáros tem dos nossos caminhos até hoje e daqui em diante.

Se no século XIX tudo que era estável e sólido se desmanchava no ar (MARX & ENGELS, 2006, p.29), podemos dizer que no século XXI esse processo de liquefação e derretimento dos sólidos continua e de uma forma mais intensa ainda. O derretimento das geleiras (da natureza e, metaforicamente, da sociedade) faz com que a confusão das pessoas não seja um reflexo distorcido da realidade, mas, ao contrário, o produto de uma ilegibilidade intrínseca ao “sistema” (SENNETT, 2008) que, ilegível, não pode ser controlado facilmente, aparentemente. A ilegibilidade do “sistema”, que vem bem a

calhar para os apologistas do capital, e a eternização do presente, só alimentam a destruição da natureza na medida em que evita-se pensar a longo prazo:

Nossa dificuldade é que se observarmos essas questões [ecológicas] da perspectiva de *curto prazo*, tal como os órgãos culturais e políticos predominantes necessariamente as retratam, cairemos na tentação de seguir ‘o caminho mais fácil’, que não conduz a uma mudança significativa [...] o ‘longo prazo’ não está de forma alguma tão longe agora, uma vez que *as nuvens de uma catástrofe ecológica tornam-se visivelmente mais escuras em nosso horizonte*. Fechar os olhos não representa uma solução [grifo nosso] (MÉSZÁROS, 2007, p.189)

São justamente os Estados mais desenvolvidos os que poluem mais <sup>5</sup>, como é o caso dos Estados Unidos, e, para manter seu padrão de produção e consumo, esses países se negam a assinar toda espécie de tratado que, tendo uma visão a longo prazo, cuide dos recursos naturais e reduza a poluição. Não bastasse tudo isso, a culpa da poluição recai sobre as nações subdesenvolvidas, que, no esforço de desenvolvimento, acabam poluindo também. Ao invés de buscarem chegar conjuntamente a um acordo, as nações desenvolvidas culpam as subdesenvolvidas e vice-e-versa:

[...] os beneficiários do atual sistema predominante de desigualdade gritante entre as partes ‘desenvolvidas’ e ‘subdesenvolvidas’ do mundo não hesitam em impor, com extremo cinismo, o impacto de sua *irresponsabilidade autovantajosa* – como fizeram recentemente na recusa arbitrária do protocolo de Kyoto e outros imperativos ambientais – insistindo em que os países do ‘sul’ deveriam ficar estagnados em seu nível de desenvolvimento atual, ou, do contrário, estariam recebendo um tratamento ‘injustamente preferencial’ (MÉSZÁROS, 2007, p.188) [grifo nosso]

Tome-se o exemplo do consumo nos Estados Unidos: se todo o mundo tivesse o padrão de consumo desse país, os recursos naturais só durariam cerca de duas décadas – o caminho futuro da humanidade estaria reduzido. Dessa forma, se Mézszáros fala em uma *produção destrutiva* (2007, p.28) criticando o pensamento de Schumpeter, pode-se igualmente falar em um *consumo destrutivo* que alimenta aquela *produção destrutiva*. Mas, ao que tudo indica, os outros países nem sequer poderiam chegar a ter esse índice de consumo porque a própria lógica desigual do sistema não permite. Apesar de toda a discussão sobre a produção em larga escala de alimentos através dos novos recursos

---

<sup>5</sup> Deve-se considerar, todavia, que a prática das queimadas em países como o Brasil contribui imensamente para o efeito estufa, assim como a utilização de combustíveis fósseis na China – num processo de crescimento que parece longe de terminar –, ou nas repúblicas da antiga União Soviética. Um exemplo de catástrofe ecológica no “socialismo real” soviético foi o contínuo desvio da água do Mar de Aral para a irrigação agrícola. [procurar dados sobre a diminuição da superfície do espelho d’água],

tecnológicos, nesse século já se assiste a uma crise de alimentos – mesmo que esses não tenham faltado nos países desenvolvidos e mesmo que a produção mundial de alimentos seja suficiente para alimentar todos os habitantes da Terra. As discussões sobre os mil benefícios da agricultura verde mostraram-se falhas tanto porque a maioria dos produtos transgênicos não são do ponto de vista biológico confiáveis, quanto porque as “corporações-monstro, como a Monsanto” (MÉSZÁROS, 2007, p.189) controlam a distribuição dos seus produtos de forma que os pequenos produtores não têm recursos suficientes para comprá-los <sup>6</sup>. Esse resultado prova que o advento da tecnologia, ao contrário do que comentam os cientistas “mais imparciais”, não é neutro e nem tampouco pode solucionar todos os nossos problemas enquanto estiver sob a mão dos mesmos que alimentam a destruição do meio ambiente.

### **A natureza da destruição**

Acima, quando Richard Sennett apontou o “sistema” como ilegível, ele estava se referindo ao capitalismo flexível; mas é possível, igualmente, caracterizar como ilegível o próprio *sistema sociometabólico do capital*, ou seja:

o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital [...] para Mézáros, o sistema de sociometabolismo do capital é mais político e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado (ANTUNES, 2002, p.15-6)

Ora, logo atrás há uma menção ao segredo da mercadoria, que Marx desvendou. Apontar-se-ia que há um outro “segredo” que os seres humanos desconhecem (apesar de hoje uma parcela da humanidade estar tomando consciência disso): a sua relação “umbilical” com a natureza, em outras palavras, o pressuposto da interdependência dos ecossistemas, o que põe em evidência que tudo está relacionado com tudo, sendo o homem parte integrante da natureza. A mercadoria é ilegível, diz Marx, porque ela obscurece o qualitativo pelo quantitativo – uma relação entre pessoas é vista como uma relação reificada –, a proximidade do homem em relação ao meio natural tanto no momento da produção como no consumo é também obscurecida pelas mercadorias. É obscurecida porque, por exemplo, os alimentos despem-se da sua roupa de alimentos e

---

<sup>6</sup> Além disso, no caso das sementes transgênicas, existem possíveis impactos microecológicos não previstos que podem advir da inserção de uma espécie estranha no campo.

vestem a de *alimentos-serviço*<sup>7</sup>, mas também porque a própria lógica da descartabilidade, a *relativização do absoluto* que é recorrente em nossos tempos, faz crer que a natureza não tem limites e é eternamente (re)utilizável. É obscurecida até mesmo porque a própria natureza é vendida pelos publicitários aos turistas em busca de “aventura”, “descanso”, “lazer” etc.

Como foi comentado acima, é aceitável e necessário que os homens no seu processo de vida (que inclui a produção e o consumo) degradem certas parcelas do meio ambiente, isso faz parte da própria dinâmica da vida no planeta, afinal, “Na natureza nada se ganha e nem nada se perde, tudo se transforma” no entanto:

A subversão pelo capital da relação objetiva entre o absoluto e o relativo está conduzindo a humanidade na direção oposta, sem mesmo dar a chance casual de, no jogo de roleta russa, puxar o gatilho da arma algumas vezes antes do tiro fatídico estatisticamente provável (MÉSZÁROS, 2007, p.28).

Há limites para a taxa de regeneração do planeta e, inegavelmente, *o capital* já está passando desses limites. Tocando neste tópico pela segunda vez, no capital e no *sistema sociometabólico* da sua reprodução, pode-se dizer que é ele *a natureza da destruição*.

Essa relação destrutiva tem por fundamento as próprias características intrínsecas ao Capital: expansividade, incontornabilidade e destrutividade<sup>8</sup>. A expressão M-D-M formulada por Marx – mercadoria que se transforma em dinheiro, dinheiro que posteriormente por meio da compra se transforma em mercadoria –, aponta evidentemente para um quadro de incessante reprodução do dinheiro, como objetivo imanente das relações de troca. Um, dois imperialismos: a lógica expansiva, a competição entre os países e a necessidade de mercados levou ao imperialismo do século XIX e começo do século XX (“guerra, se falham os meios tradicionais”, diz Mézáros). Esse impulso imperialista levou a duas grandes guerras mundiais (“Essa guerra [a segunda] é uma continuação da primeira”, disse Churchill) e é patente o quão destrutivas foram ambas.

---

<sup>7</sup> “Esses alimentos transformados, ‘marketeados’, divulgados pela publicidade são também produtos que incorporam um valor agregado cada vez mais elevado, já presente no nível da preparação: a indústria toma à sua conta o essencial do trabalho doméstico; uma vez transformados pela indústria, os alimentos tornam-se ‘*alimentos-serviço*’” (FISCHLER, 1998, p.847) [grifo nosso]

<sup>8</sup> “Expansionista, destrutivo, e, no limite, incontornável, o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, como um *depressed continuum*, como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com a perspectiva de uma ‘crise estrutural cada vez mais profunda’, ao contrário da sua conformação anterior, cíclica, que alternava fases de desenvolvimento produtivo com momentos de ‘tempestade’” (ANTUNES, 2002, p.18)

Esse impulso globalizante do capital se dá porque:

dato o caráter irrestringível de suas partes constitutivas, não era possível entrever sua completude bem-sucedida de outra forma, se não a de um sistema global onibrangente. Eis porque o capital teve de procurar demolir todos os obstáculos que se encontravam no caminho de seu pleno desdobramento; e cumpre que continue a fazê-lo enquanto o sistema sobreviver (MÉSZÁROS, 2007, p.61)

Essa expansividade, como comentado, levou a várias guerras (as guerras neocolonialistas, as duas grandes guerras mundiais, a guerra do Vietnã, as duas guerras contra o Iraque, etc.) e ao patrocínio de ditaduras, ou a pusilanimidade do prêmio Nobel da Paz quanto ao golpe de Estado em Honduras. Sendo expansivo, o capital foge ao domínio dos homens porque ele não se expande para satisfazer as suas necessidades:

Esse sistema em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas é (e tem de permanecer) *orientado à expansão* e dirigido pela *acumulação* [...] é a expansão do capital como um fim em si mesmo, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem afirmar constantemente seu poder como um modo ampliado de reprodução (MÉSZÁROS, 2007, p.58)

O capital se torna incontrolável para os seus próprios apologistas, o que explica a crise estrutural que o sistema enfrenta (MÉSZÁROS, 2009), o resultado é que ele se torna absolutamente destrutivo porque encontra limites históricos e naturais que são, ou deveriam ser, intransponíveis.

Definindo o termo “etnocídio” em face da ação dos Estados, o antropólogo francês Pierre Clastres observa que ele resulta “na dissolução do múltiplo no Um” (2004, p.61), na luta de uma única força centrípeta contra uma série de forças centrífugas (dentro da sua argumentação, essas últimas seriam os povos indígenas, as minorias religiosas, outras nações etc.). O que diferenciaria, entretanto, povos como o Inca – que construiu um Estado pan-andino e controlou outros povos – e os Estados do mundo ocidental é justamente o capitalismo:

[...] enquanto impossibilidade de permanecer no aquém de uma fronteira, enquanto passagem para além de toda fronteira, é o capitalismo como sistema de produção para o qual nada é impossível, exceto não ser para si mesmo seu próprio fim: seja ele, aliás, liberal, privado, como na Europa ocidental, ou planejado, de Estado, como na Europa oriental. (CLASTRES, 2004, p.62)

Mesmo Clastres – cuja postura é crítica, mas discutível, em relação ao marxismo e sobretudo à Antropologia marxista – assume esse caráter destrutivo do capitalismo.

Se se considera que os povos indígenas – a construção da usina de Belo Monte nos parece um ótimo e contemporâneo exemplo – mantêm relações mais íntimas com a natureza, pois dela dependem diariamente e dela retiram seu sustento, fica patente que a destrutividade do capital, a que fizemos referência na teoria de Mészáros, não é só destruição da natureza, mas de *modos de vida*. A expansividade do capital faz com que povos indígenas, camponeses e comunidades quilombolas sejam vítimas primeiras das políticas estatais e privadas de “desenvolvimento”. Maybury-Lewis (2002, p.48) observa que “ser acusado de ‘colocar-se no caminho do desenvolvimento’ é, nesses dias, ser acusado de algo entre um pecado e um crime” [tradução nossa].

O que há de singular na destrutividade do capital hoje é que além de impor a necessidade das guerras imperialistas, ou etnocidas, ela se dá no próprio âmbito do consumo: produtos são cada vez mais descartáveis e os recursos naturais não são infinitos. Não se trata, pois, meramente de consumir energias fósseis altamente nocivas, de promover guerras imperialistas, mas também do modo de vida cotidiano das pessoas que, *alienadas*, não têm necessidade de quão urgente é mudar seu padrão de consumo, mas, ao mesmo tempo, é preciso ter consciência de que esse discurso individualista, pôr a culpa nos indivíduos, é uma forma de esconder a própria irresponsabilidade ambiental dos Estados:

as pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos da ‘recuperação do meio ambiente’: isto é, em palavras simples, os custos necessários à manutenção do atual sistema de expansão da produção de supérfluos (MÉSZÁROS, 2009, p.52)

As razões da destruição alucinada da natureza estão no mecanismo alucinado de auto-reprodução do sistema sociometabólico do capital. O capital é a natureza da destruição: “*Expansionista* na busca crescente e desmedida de mais-valor, *destrutivo* na sua processualidade pautada pela superfluidade e descartabilidade, o sistema do capital torna-se, no limite, *incontrolável*” (ANTUNES, 2009, p.11).

### **Controlar diferentemente o metabolismo social: rumo a outras relações entre os homens e a natureza**

Seria muita ingenuidade rousseniana pregar as vantagens de sermos bons selvagens e ter relações mais próximas com a natureza. Para Mészáros, o que é

necessário é romper com o sistema sociometabólico do capital e superar o tripé capital, trabalho e Estado conjuntamente. Estando ligado à natureza, se o trabalho não se libertar do julgo do capital, as mesmas relações alienantes que o homem tem com o meio ambiente vão permanecer. Não adianta derrubar o Estado, mesmo sendo ele que, dia após dia, é responsável pela manutenção do capital; é necessário superar completamente o tripé do sistema e propor “um modo de intercâmbio humano controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichistas, mas pelos próprios produtores associados” (MÉSZÁROS, 2007, p.79).

Esse momento de superação só pode se dar, entretanto, com a mudança da *cultura da desigualdade*, que imobiliza as pessoas e as faz crer que a desigualdade é natural:

Em nossas sociedades, as determinações estruturalmente estabelecidas e salvaguardadas de desigualdade material são em grande medida reforçadas pela *cultura da desigualdade* dominante, mencionada anteriormente, por meio da qual os indivíduos *internalizam* sua ‘posição social’, resignando-se mais ou menos consensualmente à sua condição de subordinação àqueles que tomam as decisões sobre sua atividade vital (MÉSZÁROS, 2007, p.191)

Superar o sistema sociometabólico do capital exige, dessa forma, uma mudança na forma como vemos a nós mesmos e a estrutura da sociedade e, em acréscimo a Mézáros, uma mudança na forma como nos relacionamos e entendemos a natureza. Só superando o tripé (capital-trabalho-Estado) através de uma propositiva *cultura da igualdade substantiva* poderemos descobrir o “segredo” das relações entre homens e natureza e, saindo do julgo do capital, nos entender como parte dela.

### **Uma proposta radical e necessária para as relações humanas**

Tudo que foi discutido nesse texto até o momento requer uma reflexão especial sobre os usos da linguagem e as práticas humanas. Essas duas dimensões estão em íntima conexão quanto aos desdobramentos das relações sociais. O modo como as pessoas se comunicam, usam a linguagem, diz muito a respeito sobre suas práticas culturais. Se se vive numa “sociedade de consumo”, logo se pensa que existem inúmeros dispositivos catalisadores das vontades individuais, o que aponta para agências moduladoras da subjetividade em direção aos nichos de mercado. Ou seja, as pessoas cotidianamente são condicionadas ao bombardeio publicitário da mídia, que se

apresenta como um campo semântico cheio de armadilhas, prontas a estimular a venda dos seus produtos através dos *agenciamentos de enunciação*. Esse é ponto de partida do processo. Daí se estimula toda uma cadeia de ações e reações em que as subjetividades são submetidas à necessidade de incessante vontade de consumir, muito embora não se necessite. E geralmente os discursos em prol da questão ambiental indicam que o principal “culpado” é o consumidor final. Na verdade a problemática não é tomada em sua totalidade, enquanto processo. Se se pretende uma mudança efetiva da questão ecológica, isto é, do modo como os homens se relacionam com o meio ambiente natural, isso impõe um desafio urgente e inexorável à continuação da vida humana em planos prospectivos e sustentáveis. Dado que o estímulo de consumir gera o estímulo de produzir, sendo este tão somente voltado para a finalidade da reprodução de dinheiro, e não com o propósito de atender as necessidades humanas, a relação com a Natureza fica totalmente comprometida em face da poluição e da descartabilidade (material e humana) como conseqüência natural desse processo de produção e consumo desenfreado.

Indo direto ao ponto, trata-se de reorientar as atividades humanas subjugadas pelas relações capitalísticas mediante um projeto ético-político capaz de fazer com que os indivíduos não sejam sugados pela lógica publicitária (que cumpre bem o seu papel de agência capitalística) e passem a julgar suas ações numa esfera integrada pelos três registros ecológicos, qual seja, a subjetividade humana – aqui põe-se em evidência o querer, o julgar, a capacidade de assumir as responsabilidades pelas ações tomadas e suas conseqüências políticas inevitáveis –, as relações sociais propriamente ditas – as relações de produção material e imaterial, as relações conjugais e afetivas etc. – e a relação com a Natureza. Sendo que essa proposta ético-política é muito mais abrangente do que se possa imaginar:

Uma mesma perspectiva ético-política atravessa as questões do racismo, do falocentrismo, dos desastres legados por um urbanismo que se queria moderno, de uma criação artística libertada do sistema de mercado, de uma pedagogia capaz de inventar seus mediadores sociais etc. Tal problemática, no fim das contas, é a da produção de existência humana em novos contextos históricos (GUATTARI, 2006, p.15)

Esses três eixos não podem ser dissociados se se quer efetivamente alcançar um horizonte em que se garanta um equilíbrio entre a vida humana e a Natureza.

Sendo o homem uma criatura de vontades, um ser que pensa e julga, isso não pode se dissociar da dimensão propriamente política, ou seja, em vista de superar a *cultura da desigualdade* anteriormente mencionada, é necessário contudo uma transformação nos usos da linguagem, objetivando-se o nascimento de novas relações sociais e de práticas culturais mais solidárias e sustentáveis. No entanto, o nascimento de novas práticas culturais que encetem uma ética de responsabilidade face ao desequilíbrio das relações entre os “ecossistemas” requer uma desconstrução ideológica e prática, ou seja, “trata-se de conjurar o crescimento entrópico da subjetividade dominante” (GUATTARI, 2006, p.54).

A discussão aqui empreendida poderia se estender a inúmeras questões de suma importância para a questão ecológica. A transversalidade dessa problemática envolve uma reformulação teórica e prática das ações humanas, visando-se a um contexto de relações onde não mais haja o imperativo da dinâmica capitalista baseada na produção para o lucro e num consumismo frenético, sem levar em conta os impactos catastróficos gerados aos ecossistemas; no entanto, é preciso pensar que enquanto os indivíduos não modificarem suas relações no nível mais “micro”, a partir de suas ações mais simplórias, tomando para si a responsabilidade sobre suas vontades, seus julgamentos, sobre o seu modo de consumir e se relacionar com seus íntimos, chegando a uma escala mais “macro”, não haverá mudança significativa no plano das relações com a Natureza. Até porque, como já foi destacado anteriormente, o homem precisa urgentemente reconhecer-se enquanto ser integrado à Natureza.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Prefácio à edição brasileira. In: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. Introdução: A substância da crise. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Boitempo: São Paulo, 2009.

CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. In: \_\_\_\_\_. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

FISCHLER, Claude. A "McDonaldização dos Costumes. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Máximo. **História da Alimentação**. 6.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 17.ed. Campinas, SP: Papius, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 26.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro 1, Volume 1.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 2005-a.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005-b.

\_\_\_\_\_. **O manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MAYBURY-LEWIS, David. Genocide against indigenous peoples. In: HINTON, Alexander Laban. **Annihilating difference: the anthropology of genocide**. Berkeley: University of California Press, 2002. p.43-53.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007, p.186-194.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital**. Boitempo: São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2008.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 13.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2008.